

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

2



Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi

(Organizadora)

**Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas
2**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-050-6

DOI 10.22533/at.ed.506191601

1. Arquitetura e urbanismo. 2. Espaço urbano. 3. Patrimônio cultural. I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 720

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 2, apresenta 24 capítulos sobre os aspectos relevantes do espaço urbano das cidades brasileiras apresentando uma diversidade de pressuposições. Os capítulos exibem a preocupação em relatar as particularidades de caráter social, econômico, político e cultural sob as diferentes perspectivas dos autores que disponibilizaram seus estudos nesta obra.

Os capítulos se dedicam a apresentar estudos atuais como as cidades inteligentes e o potencial para desenvolvimento urbano, o direito a cidade e a crise do capital, sustentabilidade nas cidades, as comunidades tradicionais e as suas distinções culturais no campo, representações sociais nas cidades e o Patrimônio histórico com significados normativos e sociais no espaço urbano.

Neste volume, os capítulos apresentam uma riqueza de detalhes e peculiaridades do espaço urbano e suas pressuposições. A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SMART CITIES NO BRASIL - REALIDADE OU AINDA SONHO?	
<i>Patrícia Pacheco Alves de Oliveira</i>	
<i>Hugo Bona de Carvalho</i>	
<i>Beatriz Natália Guedes Alcoforado Aguiar</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916011	
CAPÍTULO 2	13
CITY MARKETING, TURISMO E IDENTIDADE: ENTRE A PERCEPÇÃO E A POTENCIALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DA VILA DE PARANAÍACABA	
<i>Fernanda Figueiredo D'Agostini</i>	
<i>Tania Cristina Bordon Miotto Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916012	
CAPÍTULO 3	24
O DIREITO À CIDADE NO PROJETO ORLA	
<i>Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares</i>	
<i>Sandra Helena Ribeiro Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916013	
CAPÍTULO 4	37
A CRISE DO CAPITAL E A NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE	
<i>Rayssa Bernardino de Lacerda</i>	
<i>Maria de Lourdes Soares</i>	
<i>Edna Tânia Ferreira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916014	
CAPÍTULO 5	47
RELAÇÕES HUMANAS E SUSTENTABILIDADE SOCIAL: A REALIDADE DAS CIDADES	
<i>Elisângela Artmann Bortolini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916015	
CAPÍTULO 6	60
IMPACTOS TERRITORIAIS NA COMUNIDADE PESQUEIRA DE MANGUINHOS (SERRA/ES): UM ESTUDO DE CASO	
<i>Pauliane Gonçalves Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916016	
CAPÍTULO 7	84
PRODUZIR CONVENCIONALMENTE OU INOVAR? O MAPA DA ACEITAÇÃO: A SUBJETIVIDADE EM JOGO - ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO ANDER RODOLFO HENRIQUE DIAMANTE D'OESTE PARANÁ	
<i>Andre Luiz de Souza</i>	
<i>Miguel Ângelo Lazzaretti</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916017	

CAPÍTULO 897

POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: SINGULARIDADE DA EXISTÊNCIA E CONFLITOS COM O AGRONEGÓCIO

Anatália Daiane de Oliveira Ramos
Cristiano Apolucena Cabral
Eva Emilia Freire do Nascimento Azevedo
Edson Caetano

DOI 10.22533/at.ed.5061916018

CAPÍTULO 9 109

MESSIANISMO E CANGAÇO DESVENDADOS EM VERSO E PROSA

Dora Vianna Vasconcellos

DOI 10.22533/at.ed.5061916019

CAPÍTULO 10 120

NOS RASTOS DA FEIRA INTERNA E EXTERNA

Thiago Oliveira da Silva
Anderson Przybyszewski Silva

DOI 10.22533/at.ed.50619160110

CAPÍTULO 11 129

DA ILHA A METRÓPOLE: PARTICULARIDADES E CONSEQUÊNCIAS DE UM PERCURSO CERCADO DE PERSPECTIVAS, DESILUSÕES E DISTINTAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Clícia Danielly Barbosa Alcântara
David das Neves Aires
Maria Lúcia Dias Gaspar Garcia

DOI 10.22533/at.ed.50619160111

CAPÍTULO 12 140

CONTRADIÇÕES DO ESPAÇO SOCIAL: ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES CONTRÁRIAS À MINERAÇÃO DE OURO EM PARACATU, MG

Luís Fernando Silva Andrade
André Luiz de Paiva
Valderí de Castro Alcântara
Flávia Luciana Naves Mafra

DOI 10.22533/at.ed.50619160112

CAPÍTULO 13 159

O CENÁRIO HABITACIONAL E SUA REPERCUSSÃO NA VIDA DO IDOSO BRASILEIRO

Eleusy Natália Miguel
Simone Caldas Tavares Mafra

DOI 10.22533/at.ed.50619160113

CAPÍTULO 14 170

A JUDICIALIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA: QUILOMBO BOA VIDA MATA CAVALO

Elen Carolina Martins
Marluce Aparecida Souza e Silva

DOI 10.22533/at.ed.50619160114

CAPÍTULO 15..... 185

ESTRATÉGIAS DE PESQUISA DOCUMENTAL EM RUAS COMERCIAIS DE INTERESSE HISTÓRICO: O CASO DA AVENIDA DUQUE DE CAXIAS EM LONDRINA-PR

Eloisa R. Ribeiro Rodrigues

Elisa Roberta Zanon

Letícia Cabrera

DOI 10.22533/at.ed.50619160115

CAPÍTULO 16..... 202

O MERCADO IMOBILIÁRIO COMO DOCUMENTO: O CASO DO APARTAMENTO CONTEMPORÂNEO DO SÉCULO XXI NA CIDADE DE SÃO PAULO

Gabriela Tiemi Minagawa Yokota

Sandra Regina Casagrande de Moraes

DOI 10.22533/at.ed.50619160116

CAPÍTULO 17 221

BOA ESPERANÇA ONTEM E HOJE: A EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE FURNAS.

João Paulo Chagas Maia Vilela

Mauro Santoro Campello

DOI 10.22533/at.ed.50619160117

CAPÍTULO 18..... 237

IMAGEM E ARQUITETURA: DIÁLOGOS ENTRE IDENTIDADE E MEMÓRIA SOCIAL NAS PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS EM PALMAS – TO

Thiago Henrique Omena

Bruna Coelho Alves Meneses

Estéfani Marx

Lourranny Parente Silva

DOI 10.22533/at.ed.50619160118

CAPÍTULO 19 253

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO: DOCUMENTO E INSTRUMENTO DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO

Claudiana Cruz dos Anjos

DOI 10.22533/at.ed.50619160119

CAPÍTULO 20 270

MOTIVOS PARA INVENTARIAR O INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ASSIS BRASIL – 1942, NA CIDADE DE PELOTAS/RS

Lisiê Kremer Cabral

Ana Lúcia Costa de Oliveiras

DOI 10.22533/at.ed.50619160120

CAPÍTULO 21..... 282

A RESSIGNIFICAÇÃO SOCIAL DO USO DO ESPAÇO PÚBLICO REVITALIZADO

Ana Estela Vaz Xavier

Marina Xavier Carpena

DOI 10.22533/at.ed.50619160121

CAPÍTULO 22	297
O PATRIMÔNIO URBANO E ARQUITETÔNICO DA PEQUENA CIDADE DO OESTE PAULISTA: DA PERCEPÇÃO DO LUGAR PRATICADO AO PROJETO DE INTERVENÇÃO	
<i>Hélio Hirao</i>	
<i>Matheus Alcântara Silva Chaparim</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160122	
CAPÍTULO 23	308
AS FONTES DOCUMENTAIS PARA CONHECIMENTO E ENTENDIMENTO DA CIDADE: A LEITURA DA MORFOLOGIA URBANA DA RUA MARECHAL DEODORO ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS NORMATIVOS / LEGISLATIVOS - JUIZ DE FORA/MG	
<i>Daniel de Almeida Moratori</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160123	
CAPÍTULO 24	321
A VERTICALIZAÇÃO E ESPRAIAMENTO HORIZONTAL COMO RESULTADO DA ATUAL CONFIGURAÇÃO URBANA DA CIDADE DE TERESINA-PI	
<i>Giesse Monteiro Alves de Andrade</i>	
<i>Gustavo Borges Vieira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160124	
SOBRE A ORGANIZADORA	335

MESSIANISMO E CANGAÇO DESVENDADOS EM VERSO E PROSA

Dora Vianna Vasconcellos

Dora Vianna Vasconcellos é formada em ciências sociais pela UFRJ, mestre e doutora pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Atualmente realiza pesquisa de pós-doutorado pelo CPDA/UFRRJ com fomento da CAPES. E-mail: doravianna.vasconcellos3@gmail.com

RESUMO: O artigo se dedicará à análise do messianismo e do cangaço por meio de bibliografia heterogênea proveniente da sociologia e da literatura. Embora sejam fenômenos específicos, tanto o cangaço como o messianismo estão pautados na crença escatológica de que é possível um mundo sanado de injustiças. Por isso, a decisão de agrupá-los para que sejam tecidas conjeturas a respeito da orientação reformista ou revolucionária destas manifestações. A referência à literatura é imprescindível porque as ciências sociais de um modo geral, ao afirmarem o uso denotativo da linguagem, descrevem e narram a realidade de forma factual e linear, negando validade ao fenômeno essencialmente camponês, que dá ênfase ao sentido conotativo e à parábola. Normalmente, priorizam as vertentes interpretativas de corte mais ocidental que não captam o estranhamento e o questionamento campesino em relação à representação de mundo burguesa. Daí adotar

a ideia de que institucionalidade capitalista é inexorável, mesmo que como uma etapa primeira e necessária de um sonho socialista a se realizar futuramente. Torna-se ainda necessário traduzir a crença escatológica campesina em termos sociológicos novos para que se desfaça a certeza de que messianismo e cangaço obedecem a um ímpeto reformista.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia, literatura brasileira, messianismo, cangaço, pensamento social brasileiro.

1 | INTRODUÇÃO

Pode-se dizer, sem que a afirmação incorra em erro, que poucas manifestações sociais ganharam tanta notoriedade no imaginário popular como o messianismo e o cangaço. Assunto da literatura popular e da literatura erudita, tema recorrente no teatro, no cinema e nas artes plásticas, o messianismo e o cangaço, na inspiração artística, são retratados como verdadeiras epopeias nacionais, apesar da incidência regional do fenômeno (Queiroz, 1977). No imaginário social messianismo e cangaço são normalmente retratados como manifestações revolucionárias.

Maria Isaura Pereira de Queiroz se destacou no cenário intelectual nacional por

difundir a ideia de que a inspiração artística, ao atribuir um ímpeto revolucionário ao messianismo e ao cangaço, baseava-se apenas em juízos de valor e não em juízos de realidade. Afinal, messianismo e cangaço obedeceriam às razões do compadrio ou às ligações de dependência pessoal que se estendem de alto a baixo da estrutura social, por estarem conformados mesmo que indiretamente às parentelas ou às famílias extensas (Queiroz, 1975; Queiroz 1976). Seriam manifestações sociais que secundarizam os conflitos de ordem socioeconômico por respeitarem os laços de dependência que unem indivíduos hierarquicamente desiguais.

Por esta razão, Maria Isaura supôs que a inspiração artística que reconhece uma intenção revolucionária no cangaço e no messianismo deturpa o verdadeiro sentido destes fenômenos sociais: longe de prefigurarem um conflito entre classes sociais opostas, cangaço e messianismo restabeleceriam os laços de compadrio assimétricos, obedecendo uma orientação conservadora-reformista.

Houve, entretanto, sociólogos que contestaram a interpretação de Maria Isaura por considerar que messianismo e cangaço obedecem as razões da luta por terra, sendo por isso movimentos sociais precursores da luta de classes. Faz-se referência a Rui Facó (Facó, 1980), Edmundo Muniz (Muniz, 1984), autores que testemunharam que messianismo e cangaço contribuíram para que se formasse no país um sentimento favorável à reforma agrária.

Ainda que tenham produzido interpretações discordantes de Maria Isaura, cumpre assinalar que também esses autores afirmaram o agir da massa rural como reformista. Se em Maria Isaura o agir camponês não redundava num questionamento da estrutura agrária (Queiroz, 2009), para estes autores, ao contrário, o anseio que motivava tais manifestações sociais era o desejo de democratização do acesso à terra. Entretanto, tal desejo, segundo eles, dirigia-se somente ao latifúndio improdutivo e não contra o direito de propriedade. Por esta razão, messianismo e cangaço foram vistos como movimentos sociais que democratizavam a estrutura fundiária aprofundando a institucionalidade capitalista, obedecendo, por isso, a um intuito reformista.

Deste modo, ainda que haja uma discordância no pensamento social em relação a função social que messianismo e cangaço cumprem, quase unânime é a interpretação de que os camponeses seguem uma orientação reformista. Por esta razão, a comparação da sociologia com a representação literária causa a impressão de que a ficção brasileira, por estar sugestionada pelas visões de mundo do sujeito-artista, apresenta juízos de valor, ao passo que as ciências sociais, pela sua objetividade, difunde juízos de realidade.

A representação literária do messianismo e do cangaço como movimentos sociais revolucionários talvez encontre respaldo na sociologia de Duglas Monteiro (Monteiro, 1974). Duglas Monteiro afirma que por meio da crença na possibilidade de realização do paraíso terrestre, os camponeses elaboraram uma ideia do passado, base indispensável para a demanda uma nova ordem. Por meio da crença messiânica, o passado foi expurgado de suas contradições mediante afirmação do desejo de que

a vida social não mais produza diferenças socioeconômicas entre os indivíduos. Os sertanejos acentuaram os antagonismos entre as classes sociais afirmando novos critérios de hierarquização social que se baseiam no igualitarismo, na fraternidade e no carisma religioso. Estabeleceram uma conexão com o ideal comunista primitivo, espécie de *ethos* sublimado do sertanejo que veio à tona por meio da noção de honra e da hiper-sensibilidade à ideia de injúria, permitindo a condenação das angústias do presente.

Foi fazendo referência a crença na possibilidade de realização do paraíso terrestre que, segundo Duglas Monteiro, o compadrio inter-classe cedeu espaço para o compadrio intraclasse. Os laços de amizade e de batismo transcenderam a esfera doméstica para se firmar somente entre os camponeses, possibilitando uma crítica à ordem social estratificada. Deste modo, a religião rústica incorporou o sagrado no profano, gerando uma aguda contradição com o secular e suas estruturas de dominação. Daí a formação da crença escatológica e adoção de práticas mágico-religiosas que permitiram o reconhecimento da sociedade capitalista como o anti-sagrado e a desordem¹.

Por meio da crença messiânica, o homem rural transformou a linguagem em literatura para dar ênfase ao sentido conotativo e à parábola, uso da linguagem que se contrapõe ao sentido denotativo burguês, que descreve e narra a realidade de forma factual e linear. Por meio desta linguagem, o camponês manifestou seu desacordo em relação à ordem social burguesa.

O autor deixa indicado, então, uma explicação para o fato das ciências sociais terem tido tanta dificuldade em reconhecer a existência de uma orientação comunista igualitarista no messianismo e no cangaço: a linguagem excessivamente denotativa da sociologia impediria o reconhecimento da crítica camponesa à ordem burguesa. Seria esta a explicação das ciências sociais não terem se atentado para a catarse coletiva que pedia por uma nova ordem não baseada na apropriação privada da terra no Sertão.

No artigo, se fará menção a alguns romances da ficção brasileira que direta ou indiretamente ajudam a explicar porque as ciências sociais não reconhecem o anseio igualitarista comunista campesino. Serão destacados alguns romances que, à exemplo do que acontece nas ciências sociais, representam o messianismo e o cangaço como reformistas. Ainda que reconheçam que há, nessas manifestações sociais, um manifestado desejo por melhoria de vida, tais representações literárias não veem estes movimentos sociais como totalmente refratários aos valores capitalistas das classes dominantes. Todavia, sua natureza ficcional ajuda a evidenciar os juízos de valor que

1 Duglas Monteiro supõe que a crença messiânica teve como base a “Histórica de Carlos Magno e os Doze Pares da França”. Chegou a afirmar que toda ordem de reminiscência ou de profecia é sempre mais ou menos barroca. As novelas de cavalaria teriam se tornado uma verdadeira lenda imaginária no Sertão, explicando o ideal cavaleiresco do sertanejo e sua busca por uma ordem social mais justa. Duglas Monteiro não se atentou para o fato de que a gesta carolíngia apenas rompe com os valores das classes dominantes quando ressalta o comunismo igualitarista campesino.

também se fazem presentes na sociologia que atribui um sentido reformista para o messianismo e o cangaço. Ao dar destaque a estes romances, a intenção do artigo é justamente invalidar a interpretação de que o Brasil não é um país historicamente marcado por conflitos disruptivos.

Sendo assim, messianismo e cangaço são retratados como aparecem também na literatura. Esta escolha possui uma razão sociológica: trazer a reivindicação de que os estudos sociológicos não se prendam somente a ocorrência fenomenológica do messianismo e cangaço, mas também pela incidência que possuem nas correntes profundas do inconsciente coletivo. A literatura e as análises sociológicas que supõem que o campesinato como reformista na realidade não se atentam para o igualitarismo comunista presente no seu inconsciente. Por esta razão, no lugar de emitir juízos de realidade, emitem um juízo de valor: a preferência pelo reformismo.

Messianismo e cangaço, quando tratados como expressões do inconsciente coletivo, evidenciam a verdadeira natureza dos conflitos socioeconômicos. A transformação do messias e do cangaceiro em personagens épicos pelas massas camponesas cumpre a função de tornar manifesta o seu apego aos valores comunistas-igualitaristas e crítica que fazem à ordem social que está baseada na apropriação privada da terra e da riqueza.

2 | MESSIANISMO E CANGAÇO NA FICÇÃO BRASILEIRA

Messianismo e cangaço são temas recorrentes na ficção brasileira. No entanto, ainda que este tipo de narrativa tenha sido bastante comum, é preciso escolher, entre os romances, aqueles que elegem o messianismo e o cangaço como elementos fundantes de sua tessitura narrativa. Por esta razão, dar-se-á destaque aos romances de José Lins do Rego, *Pedra Bonita* (1938) e *Cangaceiros* (1953) e de Jorge Amado, *Seara Vermelha* (1946).

Paulo Rónai, no prefácio da sétima edição do romance *Pedra Bonita*², sugere que em José Lins do Rego o cangaço e o messianismo são realidades vividas. Ou seja, ainda que tenha tratado o tema de acordo com a maneira de ver do povo, evitando os valores da civilização do litoral, José Lins do Rego não deixou de apresentar uma explicação para o messianismo e o cangaço pessimista, formada por motivos de temperamento e pelos traumas da infância.

O messianismo é tratado como fanatismo religioso e o cangaço como banditismo rural. Ambos os fenômenos são tidos como decorrência de um ambiente de ignorância e superstição, de misticismo histórico, que se agita com a insurgência do primeiro líder que se arvora em messias. Este seria um traço peculiar ao mundo rural, uma espécie de círculo vicioso, do qual não há saída, a não ser pelo maior desenvolvimento do capitalismo.

2 Edição de 1968.

Conquanto presente o messianismo e o cangaço como um flagelo, Paulo Rónai reconhece em Pedra Bonita como o livro no qual José Lins do Rego mais se aproxima da poesia popular. A principal referência do autor teriam sido as histórias versejadas dos cantores populares. Por esta razão, tal como no cancionário popular, os trechos da narrativa, as falas dos personagens e seus monólogos íntimos são indiferenciados um dos outros. “Para conseguir essa uniformidade o narrador se apaga, faz nos esquecer de sua existência independente. A história parece contar-se por si mesma (...) com todo o colorido da fala popular, cheias de locuções saborosas e expressivas (Rego, 1938, p. XXXIII).

A força da escrita de José Lins do Rego estaria, então, na sintaxe popular, na linguagem que reproduz a oralidade direta e natural do sertanejo. No romance, “determinadas situações suscitam a volta dos mesmos motivos, numa singularidade melódica. Esse ritmo de vaivém reproduzem o halo da poesia primitiva que dá às obras do autor o seu encanto mágico tão inconfundível” (Pág. XXXIV). José Lins do Rego reproduz a épica popular e o seu processo de repetição.

Ao acentuar esse recurso linguístico, José Lins do Rego de certo modo sugere que a causa do fanatismo religioso e do banditismo seria este pendor popular para a poesia, para a musicalidade, para a oralidade e sua tendência para transformar tudo em epopeia. Daí viria a fraqueza do povo diante dos delírios eloquentes dos messias e os recorrentes episódios de histeria coletiva de toda uma região.

Esta explicação para o messianismo já havia sido apresentada por Nina Rodrigues e Arthur Ramos, autores que descontextualizam o fanatismo religioso das suas causas históricas, para alça-lo como um produto de uma loucura coletiva. Nina Rodrigues explica a ocorrência do misticismo pela presença de um louco que com seus delírios versânicos arrasta o povo para a rebeldia pela sugestão (Rodrigues, 1935). Arthur Ramos, por sua vez, considera o fato de a mentalidade popular se encontrar na fase oral da libido, fase na qual se concede um poder mágico às palavras e se acredita na onipotência das ideias (Ramos, 1934). Esta seria a razão da carência popular pela coerência lúcida de uma loucura raciocinante e sua crença na hipóstase da palavra. Seria esta também a explicação para o poder mágico concedido às fórmulas verbais pelo povo e a constante eleição de um pai-totem ou de um líder que se arvora em messias.

Todavia, Nina Rodrigues e Arthur Ramos chamam atenção para as expressões de loucura na mentalidade das classes subalternas com o intuito de caracterizar o potencial de rebeldia presente na religiosidade popular. Chegam a notar a presença de um comunismo primitivo na misticismo, mas por operarem um esvaziamento das causas históricas que são subjacentes a ele, não o reconhecem como expressão das reivindicações de uma classe socialmente desfavorecida que tem o desejo de fundar uma ordem social igualitária. Por esta razão, o veem necessariamente como um irracionalismo, uma patologia social.

José Lins do Rego reproduz essa mesma perspectiva em seu romance Pedra

Bonita ao fazer referência a cultura sertaneja que transforma, pelo uso da palavra, os fatos da vida cotidiana em epopeia, mas sem relacioná-la ao ideal comunista igualitário. Ao fazer referência ao imaginário popular e a sua tendência para versificar e narrar os fatos, o autor não localiza as contradições materiais e econômicas que deflagram o fanatismo (Bronzeado, 1988). Pelo contrário, a concepção de mundo popular torna-se elemento fundante de uma mitologização que impede que os alicerces das relações de dominação e o sistema coronelístico sejam questionados. Essa mitologização reproduz o discurso paternalista das classes dominantes, camuflando as reais causas da desigualdade do mundo rural.

É que, ao contrário do que supõe Paulo Ronái, José Lins do Rego reproduz a visão de mundo do sertanejo, mas faz do narrador o sujeito da anunciação de sua história. É o narrador quem se encarrega de dar voz aos personagens, dissimulando ou revelando os pensamentos deles, dando ênfase ou minimizando os eventos tematizados. É ele quem recorta, silencia, e matiza os elementos a partir dos quais o texto vai sendo construído, dispondo, enfim, dos princípios de valor anunciados na narrativa. Ou seja, a legitimação do popular em Pedra Bonita acontece por meio da interferência do narrador. Este se apresenta como uma consciência agenciadora que operara na consciência do dominado uma naturalização das relações de patronagem.

À semelhança do que ocorre em Pedra Bonita, em Cangaceiros, a invulnerabilidade do cangaceiro se calca numa ordem mágica e mítica que se subordina à concepção de mundo cristã e burguesa da camada dominante. É que José Lins do Rego faz do cangaço um movimento social que, embora satisfaça em certa medida os ressentimentos dos humildes, reproduz os padrões ideológicos da classe dominante. O cangaço reproduziria um meio de vida peculiar ao meio rural, local onde impera as relações de patronagem³. José Lins do Rego ressalta os vínculos de aliança que existem entre os camponeses e os fazendeiros para representar o cangaço como um protesto facilmente cooptável pelo jogo de interesses dos potentados rurais.

Pode-se dizer que o não reconhecimento do potencial de rebeldia veiculada religiosidade popular e pelo cangaço é uma das marcas também das ciências sociais brasileiras. No pensamento social, também está presente a ideia de que a classe subalterna é facilmente absorvível pelos laços de dependência pessoal assimétricos que fundamentam o mandonismo e o coronelismo (Queiroz, 1976).

Por sua vez, Jorge Amado, em Seara Vermelha, faz referência aos fenômenos do messianismo e do cangaço, para considerá-los como movimentos sociais que são decorrentes da miséria e da fome e que traduzem uma primeira tomada de consciência da vida de injustiça que os camponeses levam. Ainda que faça este reconhecimento, o

3 De forma análoga, José Américo de Almeida no seu romance, Coiteiros (1935), faz alusão à relação de dependência que havia entre os cangaceiros e os fazendeiros ao afirmar que a lei da hospitalidade era uma lei sagrada no Sertão. Com isso, ele sugere que tanto o sertanejo como o coiteiro eram prisioneiros do conceito de honra, principal explicação para o fenômeno do cangaço. A busca pela conquista da dignidade geraria o cangaceiro e busca pelo respeito a palavra dada, o coiteiro. Por meio dessa aliança, o cangaço se abastecia de víveres e armamento, perdurando no tempo.

cangaço não deixa de ser interpretado por Jorge Amado como um banditismo vingador que rouba, mata e estupra. Os cangaceiros seriam bandidos sem alma, jagunços que matam e que roubam por serem crédulos e confiantes de que a injustiça vai deixar de imperar no Sertão. São tidos como bandidos que se movem pelo sentimento de injúria e de honra, que agem em vingança a uma tomada de terras ou em resposta ao assassinato de um parente normalmente executados a mando de um coronel, mas que praticam crimes terríveis indistintamente contra pobres e ricos. Seria justamente o sentimento de honra e de injúria que os faria raivosos e odientos. Por esta razão, o cangaço é tido como um protesto facilmente absorvível pelo jogo de interesses dos potentados rurais. Apesar de chamar atenção para os vínculos de aliança existentes entre os cangaceiros e os fazendeiros, Jorge Amado supõe que o cangaceiro não possui como ideal de vida ganhar dinheiro ou se tornar fazendeiro, pelo contrário, sua motivação seria a recuperação da honra lesada e a retaliação a uma injustiça sofrida.

Do mesmo modo que José Lins do Rego, Jorge Amado ressalta a indistinção que os cangaceiros faziam entre ricos e pobres. Este em nada se assemelharia ao Robin Hood. Afinal, as vítimas dos cangaceiros seriam também os camponeses e não apenas os fazendeiros. O autor fazia questão de ressaltar as alianças que se estabeleciam entre coiteiros e os cangaceiros que obedeciam ao intuito de tirar terras dos camponeses. Mas não nega que o cangaço e o messianismo surgem quando o direito de propriedade deixou de ser reconhecido. Deste modo, Jorge Amado chega a reconhecer a existência de um comunismo igualitário campesino, mas o declara como uma revolta instintiva e inconsciente.

Ao mesmo tempo, concebe as prédicas messiânicas como uma alienação na qual não se distingue a realidade da imaginação. “O messianismo seria produto de uma superstição que rapidamente se alastrava pelo sertão nordestino. Esta era, assim como o banditismo social, uma revolta sem direção contra a vida de injustiça que os camponeses levam. Ali, na caatinga, a revolta contra a fome levava os homens ao cangaço ou ao misticismo desesperado” (Amado, 1946: p. 294). É que, segundo ele, os sertanejos são guiados por um certo sentimento de honra difícil de ser traduzido nos padrões da civilização cristã e burguesa, por isso, suas revoltas seriam instintivas e anárquicas.

Jorge Amado afirma em *Seara Vermelha* o messianismo e o cangaço como brotos de dor que apenas geram frutos se orientados por uma ideologia comunista moderna. Segundo ele, é somente assim que os camponeses compreendem mais claramente suas reivindicações, permitindo que os cangaceiros e beatos deem lugar a movimentos mais efetivos de luta pela terra⁴. O partido comunista é alçado a “uma luz que ilumina, abre um clarão nos olhos da gente que lavra no escuro” (Amado, 1946: p. 341).

Jorge Amado repete, então, a perspectiva ocidental que marca as ciências

4 “Os beatos e cangaceiros acabarão no dia em que os sertanejos tiverem consciência política” (Amado, 1946: p. 340)

sociais brasileiras. Ao mesmo tempo em que reconhece a presença de um comunismo igualitário nas sublevações camponesas, o escritor as caracteriza como demasiadamente instintivas e inconscientes. Subjacente a esta interpretação, está a ideia de que as subversões camponesas seriam facilmente cooptáveis por lideranças demagógicas que, ao prometerem mudanças disruptivas, irrealizáveis politicamente, impedem o campesinato de se adequar aos preceitos burgueses (Cardoso, 1975).

Vale dizer que este modo de ver o messianismo e o cangaço ganha uma descrição sociológica na obra de Maurício Vinhas de Queiroz (Queiroz, 1966). Para este autor, o messianismo seria uma revolta alienada, sobretudo, quando há agravamento ou a cronicidade de seu radicalismo religioso e político. A ideia camponesa de que estava prestes a se fundar nova ordem social fundada baseada na justiça, na fraternidade e no igualitarismo comunitário, sofreria, pelo seu próprio radicalismo, um constante adiamento. Ou seja, embora estivesse se formando no sertão uma nova religião na qual o Deus do fazendeiro dava lugar ao Deus sertanejo, a recusa do direito de propriedade impedia que o movimento social tivesse uma efetiva incidência na vida prática. A radicalidade da crença messiânica suscitava paradoxalmente o conformismo e o ajustamento em relação ao *status quo*. Daí Moisés Vinhas de Queiroz julgar a necessidade de que o radicalismo camponês fosse amenizado, que o movimento se secularizasse e sua subordinasse ao ideal comunista moderno para que pudesse trazer maiores consequências para a vida prática. Em outras palavras, para que suscitasse a adequação camponesa aos valores burgueses.

A perspectiva reformista inscrita nas ciências sociais brasileiras se evidencia pelo descompasso existente entre o ideal de reforma agrária mobilizado pelo partido comunista e o ideal de revolução agrária mobilizado pelos camponeses (Martins, 1983). Enquanto o PCB orienta-se por um sonho socialista que é decorrência de uma longa etapa de modernização burguesa e que não tem pretensão de realizar historicamente o comunismo igualitário, os camponeses se mobilizariam pelo anseio de uma revolução social disruptiva de subversão imediata da ordem capitalista. Enquanto a ala mais esquerdista do PCB, embora se voltasse contra o latifúndio improdutivo e defendesse a necessidade da reforma agrária, não refutou o direito de propriedade (Santos, 2007), a ala mais conciliadora não encampou nem mesmo a bandeira da reforma agrária; concebeu uma revolução democrático-burguesa pelo alto, atentando somente para as demandas mais imediatas dos assalariados rurais que são mais compatíveis com os ideais burgueses (Santos, 2007b). Sendo assim, de um modo geral, o PCB preconizou uma solução para os problemas agrários não-essencialmente camponesa.

A luta pela terra camponesa, ao contrário, não obedece aos preceitos burgueses e nem é etapista; pede a passagem direta para o socialismo por questionar o direito de propriedade (Martins, 1991). As revoltas camponesas ocorridas até 1950 são expressões de um comunismo igualitário genuíno que não teve maiores consequências políticas justamente porque houve esse descompasso entre os grupos de mediadores e a luta pela terra camponesa.

Deste modo, o romance de Jorge Amado, ao defender a necessidade de tradução dos anseios camponeses na moderna ideologia comunista que o PCB adotava reproduz a perspectiva reformista inscrita nas ciências sociais. Veicula a ideia de que o igualitarismo comunista camponês é um sonho utópico e inconsequente politicamente.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, tanto José Lins do Rego como Jorge Amado afirmam o caráter reformista-conservador do messianismo e do cangaço. Convém notar, entretanto, que alguns romances da moderna ficção brasileira fazem referência ao messianismo e ao cangaço, mas para retratá-los como estão representados no inconsciente coletivo popular, isto é, como movimentos sociais revolucionários. A própria Maria Isaura reconhece que o messianismo e o cangaço cumprem uma função revolucionária quando convertidos em símbolos nacionais. Messianismo e cangaço, na condição de emblemas, permitem que a perspectiva socioeconômica ganhe acentuação no imaginário popular, correspondendo a uma tomada de consciência das injustiças. Seria na condição de símbolo que o messianismo e o cangaço traduziriam o comunismo primitivo que orienta os camponeses. Todavia, quando se detém ao fenômeno histórico do messianismo e do cangaço, Maria Isaura afirma sua tese de que os impulsos revolucionários que estes movimentos sociais apresentam são antes ilusórios do que real. Na sua ocorrência histórica, tais fenômenos não faziam jus às razões de ordem socioeconômica, mas aos laços de compadrio que se estendiam de alto a baixo da estrutura social, obedecendo, por isso, a um impulso reformista-conservador.

Pode-se dizer que os romances de José Lins do Rego e de Jorge Amado aqui aludidos, quando fazem referência ao messianismo e ao cangaço, negam que as correntes profundas do inconsciente popular se traduzem pelo comunismo-igualitarista e pelo ideal de que as mudanças sociais sigam um ímpeto revolucionário. O primeiro, ao afirmar que os sertanejos estão sujeitos a uma consciência agenciadora que naturaliza as relações de patronagem. O segundo, por afirmar que o messianismo e o cangaço, por serem guiados por um ímpeto revolucionário demasiadamente instintivo e radical, acabam por impedir os camponeses de adotarem os valores burgueses e a de acomodarem a ordem social burguesa, cumprindo, por isso, uma função conservadora.

Esse modo de representar o messianismo e o cangaço foi embasado pelas ciências sociais que elegem a modernidade ocidental como paradigma. No Brasil, tal perspectiva uniu liberais e comunistas em torno da ideia de que a institucionalidade capitalista era inexorável. Não deixa de ser curioso notar que as ciências sociais que se dedicam às correntes do inconsciente popular ou à lenda imaginária do Sertão e que atestam a existência de um comunismo igualitário tenham perdido espaço para uma sociologia de caráter descritivo e empírico, dedicada apenas a

observação fenomenológica dos movimentos sociais messiânicos e do cangaço e de suas aspirações mais imediatas. Há que se considerar se este fato talvez evidencie a rendição das ciências sociais e do esquerdismo brasileiro ao ideal reformista.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Américo de. Paraíba: Edições Aquarius LTDA, 1817.

AMADO, Jorge. Seara Vermelha. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1969.

BRONZEADO, Sônia Ramalho de Farias. *Messianismo e cangaço na ficção nordestina: análise dos romances Pedra Bonita e Cangaceiros, de José Lins do Rego, e A Pedra do Reino, de Ariano Suassuna*. Tese (doutorado)- Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1988.

CARDOSO, Fernando Henrique. Dependência e desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

HOBBSAWN, Eric. *Rebeldes Primitivos: estudo sobre las formas arcaicas de los movimientos sociales em los siglos XIX y XX*. Barcelona: Editora Ariel S. A, 1983.

MARTINS, José de Souza Martins. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1983.

MONTEIRO, Duglas. *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*. São Paulo, Duas Cidades, 1974.

MUNIZ, Edmundo. *Canudos: a guerra social*. Rio de Janeiro: Elo Ed., 1987.

JÚNIOR, Caio Prado. A revolução agrária não-camponesa [1966]. In: SANTOS, Raimundo (org). *Caio Prado Jr: dissertações sobre a revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense: Fundação Astrojildo Pereira, 2007.

PEREIRA, João Baptista Borges. *Messianismo e milenarismo no Brasil*. PEREIRA, João Baptista Borges; QUEIROZ, Renato da Silva (orgs). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Uma nova interpretação do Brasil: A contribuição de Roger Bastide à sociologia brasileira. São Paulo: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, USP, s/p., Nº 20, 1978.

_____. *Os cangaceiros*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

_____. *Historia y etnologia de los movimientos mesiánicos*. Reforma y revolución em las sociedades tradicionales. México, Siglo XXI Editores, S.A, 1969.

_____. *Images messianiques du Brésil*. Guernavaca, México: SONDEOS (Una coleccion de studios sobre el fenómeno religioso en America Latina), Nº87, 1972.

_____. Notas sociológicas sobre o cangaço. São Paulo: *Ciência e Cultura*, USP, p.495-516, Nº 27, 1975.

_____. *O messianismo no Brasil e no mundo* [1965]. São Paulo: Alfa-Omega, 1976a.

_____. *O campesinato brasileiro*. Petrópolis: Editora Vozes, 1976b.

_____. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976c

_____. Uma categoria rural esquecida [1963]. In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI,

Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (orgs). *Leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Editora UNESP, V.1, 2009.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

QUEIROZ, Raquel. *Lampião: drama em cinco quadros*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.

RAMOS, Arthur. *O negro brasileiro: ethnografia religiosa e psicanalyse*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1934.

_____. *Notas psicológicas sobre a vida cultural brasileira*. In: MENEZES, Djacir (org). *O Brasil no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura; Ministério da Educação e Cultura, 1972.

_____. *Estudos do folk-lore*. Definições e limites: teorias de interpretação. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do estudante do Brasil, s/d.

_____. *O negro na civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do estudante do Brasil, s/d.

_____. *Introdução à antropologia brasileira: as culturas indígenas*. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do estudante do Brasil, s/d.

REGO, José Lins do. *Pedra Bonita*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968.

_____. *Cangaceiros*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956.

ROLIN, Francisco Cartaxo. *A dicotomia sagrado e profano e o messianismo escatológico*. Caderno do ICHF, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas, nº36, novembro de 1990.

WEGNER, Robert. O sentimento de reforma agrária no pensamento social brasileiro. In: STARLING, Heloisa; RODRIGUES, Henrique Estrada; TELLES, Marcela (orgs). *Utopias Agrárias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

RAIMUNDO, Santos. *Agraristas políticos brasileiros*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2007a.

____ (org.). *Caio Prado Júnior: dissertações sobre a revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense/ Fundação Astrojildo Pereira, 2007b.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-050-6

